

INFORMATIVO – JURÍDICO SEMOVE

Ministério da Fazenda

[INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 2.198, DE 17 DE JUNHO DE 2024](#) - Dispõe sobre a apresentação da Declaração de Incentivos, Renúncias, Benefícios e Imunidades de Natureza Tributária - Dirbi.

Executivo Municipal do Rio

[RESOLUÇÃO SMTR Nº 3.750 DE 17 DE JUNHO DE 2024](#) - Estabelece as condições do Serviço de Transporte de Passageiros Complementar Comunitário do Município do Rio de Janeiro, "cabritinho" - STPC - no bairro da Tijuca - Área de Planejamento 1 e 2 - e dá outras providências.

[DECRETO RIO Nº 54684 DE 19 DE JUNHO DE 2024](#) - Altera o Decreto Rio no 42.294, de 22 de setembro de 2016, que dispõe sobre as condições do Serviço de Transporte de Passageiros Comunitários - STPC, no bairro da Ilha do Governador - AP3.

[RESOLUÇÃO SMTR Nº 3.751 DE 18 DE JUNHO DE 2024](#) - Regulamenta a utilização de adesivos de publicidade comercial nos veículos do Serviço de Transporte de Passageiros Complementar Comunitário do Município do Rio de Janeiro, "Cabritinho" - STPC e dá outras providências.

Notícias

[Nova Iguaçu \(RJ\) lança plano de Mobilidade Urbana Sustentável para melhorar trânsito da cidade](#)

“A Prefeitura de Nova Iguaçu anunciou o lançamento do ‘Plano de Mobilidade Urbana Sustentável’ com o objetivo de reorganizar e estabelecer diretrizes para o sistema de mobilidade urbana da cidade. Nesta primeira fase, a Infra Engenharia, empresa vencedora da licitação, será responsável por mapear as necessidades de diferentes categorias de transporte no município, considerando os diversos meios de deslocamento. O plano prevê ações para os próximos dez anos. De acordo Jorge Rocha, diretor de Mobilidade Urbana da Secretaria Municipal de Transporte, Trânsito e Mobilidade Urbana, a prioridade é incentivar o uso do transporte público, como trens e ônibus, e desestimular o uso de automóveis particulares, considerados os principais responsáveis pelos problemas de trânsito nas grandes cidades. ‘O plano

de mobilidade visa identificar as necessidades da cidade para melhorar a fluidez do trânsito', afirmou Rocha."

Notícias Diário do Transporte – 16/06/2024

[Receita Federal institui declaração para Pessoas Jurídicas que utilizam créditos tributários decorrentes de benefícios fiscais](#)

"Declaração de Incentivos, Renúncias, Benefícios e Imunidades de Natureza Tributária - Dirbi será obrigatória em relação aos benefícios fiscais usufruídos a partir do mês de janeiro de 2024. Foi publicada no DOU desta terça-feira (18/6) a Instrução Normativa RFB nº 2198/2024, que cria a Declaração de Incentivos, Renúncias, Benefícios e Imunidades de Natureza Tributária- Dirb. A Dirb deverá ser apresentada por todas as Pessoas Jurídicas que usufruam dos benefícios tributários contantes do Anexo Único dessa norma, utilizados a partir de janeiro de 2024. A obrigatoriedade de apresentação da declaração não alcança as empresas do Simples Nacional. Todos os valores informados na Declaração serão objeto de auditoria interna."

Notícias GOV.BR – 18/06/2024

[Secretaria de Transportes do Rio de Janeiro presta esclarecimentos sobre mudanças em linhas de ônibus](#)

"A secretária de Transportes, Maína Celidônio, compareceu à audiência promovida pela Comissão de Transportes da Câmara para esclarecer as recentes mudanças nos itinerários das linhas de ônibus do município, modificações estas decorrentes da inauguração do terminal Gentileza. Maína Celidônio destacou que, apesar de o número de passageiros ser ainda 20% inferior ao período pré-pandemia, houve um aumento de 15% no número de ônibus em circulação, totalizando 3.800 veículos adicionais. Desde junho de 2022, a cidade também ganhou 850 novos pontos de ônibus. Além disso, a prefeitura investiu aproximadamente 1,5 bilhão de reais em subsídios para as empresas de ônibus, o que permitiu a manutenção da tarifa em R\$ 4,30."

Notícias Diário do Transporte – 18/06/2024

[Liminar obtida pelo Governo do Rio de Janeiro obriga que SuperVia mantenha operação no transporte ferroviário](#)

"Na última terça-feira, 18 de junho de 2024, o Governo do Estado do Rio de Janeiro obteve uma liminar do Tribunal de Justiça que obriga a concessionária SuperVia a manter a operação do transporte ferroviário de passageiros. A movimentação do Estado acontece frente a possível paralisação das atividades da empresa a partir de julho, o que iria em desacordo com cláusulas contratuais entre a SuperVia e a administração pública. Temos trabalhado incansavelmente para garantir os serviços prestados à sociedade. Essa decisão judicial traz tranquilidade à população,

sobretudo aos usuários dos trens, que usam esse modal no dia a dia para trabalhar. Os cidadãos fluminenses não podem ser prejudicados pela má gestão da empresa concessionária. Essa não é uma vitória só do Estado, mas sim da população fluminense', disse o governador Cláudio Castro."

Notícias Diário do Transporte – 19/06/2024

[Prefeitura de Teresópolis \(RJ\) deve R\\$ 8 milhões à Viação Dedo de Deus pelo não repasse das gratuidades para idosos de 60 a 64 anos](#)

"A Viação Dedo de Deus notificou a Prefeitura Municipal de Teresópolis, no dia 11 de junho de 2024, sobre uma dívida de R\$ 8 milhões, referente ao não custeio das gratuidades de idosos de 60 a 64 anos no transporte coletivo. A empresa afirmou que, se o pagamento não for realizado até 24 de junho de 2024, interromperá o embarque gratuito para essa faixa etária. Segundo a Viação Dedo de Deus, a dívida resulta de mais de três anos sem repasses adequados, gerando um impacto financeiro de R\$ 400 mil mensais. Esse montante não coberto prejudica investimentos na frota e na qualidade do serviço, afetando diretamente milhares de usuários diariamente."

Notícias Diário do Transporte – 19/06/2024

[Na Câmara dos Deputados, audiência pública debate financiamento e sustentabilidade da tarifa zero no transporte público](#)

"Brasília-DF, 20 de junho de 2024 – A Comissão de Defesa do Consumidor da Câmara dos Deputados realizou uma audiência pública nesta quarta-feira (19) para discutir os desafios e as oportunidades na implementação da tarifa zero nos sistemas de transporte das cidades brasileiras. Com a participação da Associação Nacional das Empresas de Transportes Urbanos (NTU), o evento abordou a sustentabilidade do benefício por meio de fontes alternativas de financiamento e a necessidade de maior participação do governo federal na pauta. O secretário Executivo da Frente Nacional de Prefeitas e Prefeitos (FNP), Gilberto Perre, comentou que o sistema de transporte no Brasil partia de uma premissa de que a receita tarifária, aquela paga pelo passageiro, poderia sustentar as despesas de toda a operação. Segundo ele, esse conceito se tornou insustentável nas últimas décadas, sendo necessárias outras fontes de recursos."

Notícias NTU – 20/06/2024

[Senado aprova texto base de projeto que vai regulamentar produção de hidrogênio com baixa emissão de carbono](#)

"O Plenário do Senado Federal aprovou, nessa quarta-feira (19), o texto base do Projeto de Lei nº 2308/2023, que cria o marco legal do hidrogênio de baixa emissão de carbono. Para a aprovação da proposta, ficaram pendentes de análise quatro emendas, que devem ser votadas na próxima terça-feira (21). A pauta está diretamente ligada à agenda ambiental da CNT (Confederação Nacional do

Transporte), que busca, por meio da elaboração de conteúdos técnicos e iniciativas, a descarbonização do setor.”

Notícias CNT – 20/06/2024

[Em reunião do Grupo de Trabalho sobre a Regulamentação da Reforma Tributária, Confederação destacou pontos de preocupação sobre a indefinição da alíquota para o setor.](#)

“A advogada tributarista Alessandra Brandão representou a CNT (Confederação Nacional do Transporte), nessa terça-feira (18), na audiência pública do Grupo de Trabalho sobre a Regulamentação da Reforma Tributária (PLP 68/2024) da Câmara dos Deputados. Na ocasião, foi levantada a preocupação da Confederação com a falta de definição na proposta sobre as alíquotas que serão adotadas para o transporte de passageiros intermunicipal e interestadual. O transporte esteve entre os pontos analisados na audiência, que também abordou questões relacionadas a segmentos como o de bares, restaurantes, turismo, hotelaria e parques. Em uma breve introdução, a diretora de programa da Secretaria Extraordinária da Reforma Tributária do Ministério da Fazenda, Camilla Cavalcanti, explicou que houve uma categorização de modalidades de transporte, sendo que, para o de passageiros intermunicipal e interestadual, foi adotada uma mudança no alcance e, com isso, uma mudança no tratamento. ‘Nesse caso, a base de cálculo é o valor da operação com serviços de transporte coletivo e, nas alíquotas, será mantida a carga tributária atual’, disse.”

Notícias CNT – 20/06/2024

[Fazenda ou PGFN podem impor teto para parcelamento simplificado, diz STJ](#)

“Normas administrativas editadas pela Receita Federal ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional podem ser usadas para estabelecer um teto para adesão ao parcelamento simplificado, desde que a lei que o instituiu não tenha feito o mesmo. A conclusão é da 1ª Seção do Superior Tribunal de Justiça, que aprovou tese sobre o tema, seguindo o rito dos recursos repetitivos. O enunciado deverá ser obedecido por juízes e tribunais de todo o país. Foram julgados três recursos em conjunto. Todos tratam do modelo simplificado de parcelamento de dívidas criado pela Lei 10.522/2002, para débitos de qualquer natureza para com a Fazenda Nacional. Mais tarde, a Portaria Conjunta PGFN/RFB 15/2009 definiu que o parcelamento simplificado só poderia ser concedido para débitos cujo valor fosse igual ou inferior a R\$ 500 mil – em 2013, o limite subiu para R\$ 1 milhão. O ato administrativo ainda incluiu a necessidade de apresentação de garantia real ou fidejussória em determinados casos, o que tornou o parcelamento simplificado menos atrativo para os devedores da Fazenda.”

Notícias CONJUR – 21/06/2024

Ônibus do transporte público é incendiado em ataque criminoso em Duque de Caxias (RJ) nesta quinta-feira (20)

“Um ônibus do transporte público de Duque Caxias, no Rio de Janeiro, foi incendiado em um ataque criminoso na noite desta quinta-feira, 20 de junho de 2024. Segundo a Semove (Federação das Empresas de Mobilidade do Estado do Rio de Janeiro), o ônibus pertencia à Viação Santo Antônio e realizava a linha Parque São José-Caxias, sendo incendiado em Gramacho. Com isso, o total de ônibus destruídos na Região Metropolitana chegou a 11 em 2024, com prejuízo estimado de R\$ 9 milhões no ano. Desde 2016, o total é de 308 ônibus destruídos em todo o Estado. Em nota, a Semove afirmou que a inexistência de seguro inviabiliza possíveis investimentos em renovação de frota, o que prejudica a população. Em seis meses, um ônibus destruído deixa de transportar 70 mil pessoas.”

Notícias Diário do Transporte – 21/06/2024

Fonte:

<https://www.in.gov.br/>

<https://doweb.rio.rj.gov.br/>

<https://www.gov.br/>

<https://www.conjur.com.br/>

<https://www.ntu.org.br/>

<https://www.cnt.org.br/>

<https://diariodotransporte.com.br/>